



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Letras Português e suas Respectivas Literaturas - Bacharelado

Amanda Moreira de Oliveira

O sujeito nos livros didáticos

Brasília

2025

Amanda Moreira de Oliveira

O sujeito nos livros didáticos

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras Português e suas Respectivas Literaturas.

Orientador: Prof. Marcus Vinicius Lunguinho da Silva

Brasília

2025

RESUMO

Este trabalho analisa como o conceito de *sujeito* é apresentado nos livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental, considerando sua relevância para o desenvolvimento linguístico e discursivo dos estudantes. Com esse objetivo, este estudo analisa o tratamento dado ao sujeito na coleção *Português Linguagens*, do 6º ao 9º ano, identificando as definições apresentadas, avaliando a pertinência das atividades e observando se o encaminhamento proposto favorece a compreensão do estudante. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e bibliográfica dos livros do 6º ao 9º ano, a partir do manual do professor. Os resultados mostram que o sujeito é apresentado, essencialmente, como termo da análise linguística, excluindo sua parte semântica, com forte influência dos gramáticos tradicionais. Há tentativas de ampliar a abordagem, mas ainda são frágeis, as atividades propostas concentram-se na identificação do sujeito, explorando pouco sua parte semântica. Assim, o tratamento oferecido ao sujeito permanece superficial diante das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que buscam uma educação mais integrada. Dessa maneira, conclui-se que os livros analisados apresentam o sujeito de modo majoritariamente estrutural, com avanços na visão integrada de linguagem.

Palavras-chave: sujeito; gramática normativa; livros didáticos; ensino de língua portuguesa.

ABSTRACT

This study analyzes how the concept of *subject* is presented in Portuguese language textbooks used in the final years of elementary school, considering its relevance to students' linguistic and discursive development. The purpose of this research is to examine how the subject is addressed in the *Português Linguagens* collection, from 6th to 9th grade, by identifying the definitions provided, evaluating the pertinence of the proposed activities, and observing whether the instructional approach supports students' comprehension. This is a qualitative study, based on documentary and bibliographical analysis of the teacher's editions of the textbooks. The results show that the subject is presented mainly as a structural linguistic term, with little emphasis on its semantic dimension, and with strong influence from traditional grammarians. Although there are attempts to broaden the approach, they remain limited; the proposed activities focus largely on subject identification, with minimal exploration of semantic aspects. Consequently, the treatment of the subject remains superficial when compared to the guidelines of the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC) and the National Curriculum Parameters (PCN), which advocate for a more integrated approach to language education. Thus, it is concluded that the analyzed textbooks present the subject predominantly from a structural perspective, despite some advances toward an integrated view of language.

Keywords: subject; normative grammar; textbooks; Portuguese language teaching.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PNC	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNLP	Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
LD	Livro Didático
LP	Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	<i>Base Nacional Comum Curricular</i>	
2.1.1	<i>Parâmetros Comum Curricular</i>	18
2.1.1.1	<i>Bechara</i>	19
2.1.1.1.1	<i>Cegalla</i>	19
2.1.1.1.2	<i>Celso Cunha</i>	20
2.2	Metodologia	20
2.2.1	<i>6º ano</i>	
2.2.1.1	<i>7º ano</i>	
2.2.1.1.1	<i>8º ano</i>	
2.2.1.1.1.1	<i>9º ano</i>	
3	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O ensino de gramática no ensino básico é fundamental para que os estudantes desenvolvam competência discursiva, linguística e estilística. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacam que a linguagem funciona como um instrumento social, sendo “condições de possibilidade de plena participação social” (BRASIL, 1998, p. 19).

Entre os aspectos da competência discursiva, destaca-se a capacidade do usuário da língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que aqui se chama de competência linguística e estilística (BRASIL, 1998, p. 23).

Desse modo, nota-se que a preocupação não é somente em ensinar as regras gramaticais como memorização, mas, sim, capacitar o estudante a desenvolver a fala, a escrita e a compreensão da linguagem em diferentes contextos, formas e situações comunicativas. Nesse sentido, os PCN da Língua Portuguesa (doravante LP) reforçam a ideia de que a língua não é instrumento da sala de aula, isolada ao momento que está em contato com o professor ou diante de uma prova, e sim ao longo da vida, como se observa no trecho

Em síntese, pela linguagem se expressam idéias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações. (BRASIL, 1998, p. 20)

Na realidade brasileira, o grande programa responsável pela distribuição é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerado o maior programa de distribuição de livros do mundo. O PNLD “tem como objetivo a avaliação, aquisição e distribuição de materiais didáticos e demais materiais de apoio à prática educativa para toda a rede pública de ensino básico do país” (PNLD, 2025), assim como a responsabilidade de “avaliação dos materiais e disponibilização da lista de materiais aprovados para comporem o Guia da escolha a ser disponibilizado aos professores de todo Brasil” (PNLD, 2025), o que demonstra o Estado como um dos reguladores das obras. Portanto, as políticas públicas atuam determinando quais obras chegam às escolas públicas, garantindo que os conteúdos escolhidos cheguem aos escolares.

Dada a importância dos livros e a importância da língua, ressaltada pelo o PCN, a linguagem é uma ferramenta do indivíduo para demonstrar o seu ponto de vista, impor uma opinião, da mesma forma que sustentar posições. Por isso, torna-se fundamental compreender como os conceitos da LP são apresentados nos livros didáticos.

Entre esses conceitos, destaca-se o “sujeito”, termo essencial da oração, indispensável para a construção textual, a interpretação, e o desenvolvimento da escrita e da leitura. A forma como esse conteúdo é abordado influencia o modo como o aluno compreende a estrutura da língua e utiliza em situações reais de comunicação.

Os estudos tradicionais da gramática, como Bechara, Cunha e Cegalla, oferecem bases que são amplamente utilizadas no contexto escolar. Esses autores apresentam definições normativas de sujeito, descrevendo suas possíveis ocorrências (sujeito simples, composto, oculto, indeterminado, oração sem sujeito) e enfatizando sua relação com o verbo e com a estrutura da oração. Tais conceitos influenciam há décadas a elaboração dos livros didáticos e as práticas de ensino de língua portuguesa

Considerando esse cenário, torna-se pertinente investigar como os livros didáticos do Ensino Fundamental tratam o conceito de sujeito, que definições apresentam, quais exemplos utilizam e que tipos de atividades propõem. Essa análise permite verificar se as obras se aproximam das gramáticas tradicionais e favorecem uma aprendizagem significativa por parte dos estudantes.

Diante disso, este trabalho busca responder às seguintes questões: de que forma o sujeito é apresentado nos livros didáticos do Ensino Fundamental, e em que as atividades propostas contribuem para o processo de aprendizagem? E como essas abordagens dialogam com os gramáticos tradicionais e os documentos oficiais, como a BNCC e os PCN?

Com esse objetivo, este estudo analisa o tratamento dado ao sujeito na coleção *Português Linguagens*, do 6º ao 9º ano, identificando as definições apresentadas, avaliando a pertinência das atividades e observando se o encaminhamento proposto favorece a compreensão do estudante.

Este trabalho está organizado em quatro partes. A primeira parte apresenta a fundamentação teórica acerca do ensino da gramática, documentos oficiais, evidenciados anteriormente, e as definições de sujeitos por gramáticas tradicionais. A segunda parte descreve a metodologia utilizada para a análise dos Livros Didáticos da coleção *Português*

Linguagens. A terceira parte demonstra e discute os resultados obtidos através da pesquisa. E, por fim, a última parte apresenta as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BNCC

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende contribuir para o estudo do sujeito nos livros didáticos, dado que está diretamente relacionado com o aprendizado do aluno nas questões de compreensão tanto de textos quanto na participação comunicativa, visto que, como dito anteriormente, a linguagem é um instrumento social. Por fim, observar se os estudos contemporâneos estão chegando aos livros dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, aprovado e regulamentado em 2017, com poder de lei, que orienta a formulação do currículo das redes escolares do Distrito Federal, dos Municípios e dos Estados, bem como tem propostas pedagógicas para as instituições de ensino. Seu objetivo é assegurar igualdade educacional com um sistema fundamental e progressivo de aprendizagem essencial que todos os estudantes devem desenvolver no período de Educação Básica, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Desse modo, a BNCC pretende superar barreiras que existem em políticas educacionais, propondo uma contribuição entre as três esferas do governo, assim como ser uma balizadora de habilidades da educação no país. Segundo o próprio documento da BNCC, “para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.” (BRASIL, 2018, p. 8)

Assim, acerca da gramática na Língua Portuguesa, a BNCC dedica-se à língua e à norma-padrão em articulação não somente com recursos semióticos, mas também com o desenvolvimento das aprendizagens de modo integrado com a escrita, leitura e oralidade. Então a linguagem, a linguística e a metalinguagem devem ser observadas como uma complementação da forma de comunicação presente nos textos, na produção da escrita e construção do discurso.

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. (BRASIL, 2015, p. 137)

Nota-se que há atenção em não persistir o ensino da gramática normativa como conteúdo separado da prática, tanto da escrita quanto da fala. Nesse sentido, a proposta é a progressão de conhecimentos linguísticos e compreensão do desenvolvimento da língua em vários contextos, não somente das regras gramaticais.

Ademais, a BNCC, na parte da LP, orienta que o melhor caminho para aquisição de conhecimento seria uma “progressão de conhecimentos que vai das regularidades às irregularidades e dos usos mais frequentes e simples aos menos habituais e mais complexos”(BRASIL, 2018 p. 137). Isto é, os conteúdos devem ser desenvolvidos de forma gradual, sem despejar toda a matéria de uma vez a fim de evitar uma sobrecarga no estudante. Além disso, deve-se, primeiramente, apresentar o que é mais estável na língua para depois ir a suas irregularidades, assim como o que é mais frequente e mais simples ao menos constante e mais difícil.

Há uma ênfase em não dissociar as regras gramaticais do processo de escrita, leitura e oralidade, pois a partir dos textos e discursos deve ocorrer a associação das normas. Dessa forma, a orientação pretende que o aluno não se limite a fazer apenas frases isoladas ou a identificação dos elementos essenciais, mas também desenvolva a capacidade de ler, interpretar e reconhecer tais elementos em uma estrutura ampla, por exemplo: o texto, bem como saber escrever conteúdos mais complexos.

Contudo, apesar da valorização da combinação de leitura e prática e textos como modelo, pode haver apenas uma reprodução, assim como uma limitação do vocabulário, da estrutura, da construção sintática e de expressões presentes na redação. Essa abordagem não necessariamente é prejudicial, entretanto pode podar a imaginação, criatividade e versatilidade que a LP permite.

Ademais, a BNCC tem orientações específicas de estruturas que devem aparecer nos textos dos alunos do 6º ao 9º ano, visto que são elementos recorrentes nas obras estudadas. Conforme o exemplo abaixo:

(EF69LP43) Identificar e utilizar os modos de introdução de outras vozes no texto – citação literal e sua formatação e paráfrase –, as pistas linguísticas responsáveis por introduzir no texto a posição do autor e dos outros autores citados (“Segundo X; De acordo com Y; De minha/nossa parte, penso/amos que”...) e os elementos de normatização (tais como as regras de inclusão e formatação de citações e paráfrases, de organização de referências bibliográficas) em textos científicos, desenvolvendo reflexão sobre o modo como a intertextualidade e a retextualização ocorrem nesses textos. (BRASIL, 2018 p. 153)

No mais, a BNCC explora a leitura de textos ficcionais com olhar de incentivo e diagnóstico, dado que ao ler textos de carácter ficcional deve ter a percepção de recursos coesivos, escolhas lexicais, tempos verbais, tipos de discursos escolhidos, variedades linguísticas que podem aparecer no texto, pontuações, expressões conotativas, como descreve a habilidade (EF69LP47). Essa abordagem pode ser válida para a assimilação de recursos narrativos, assim como para incentivar a leitura de obras variadas e colaborar para a interpretação, porém, como dito anteriormente, pode ocorrer uma limitação do estudante e uma reprodução dos modelos estudados.

No entanto, quando aborda as questões gramaticais, verifica-se uma forma diferente da BNCC de tratar desse assunto. Nas habilidades (EF06LP11), (EF08LP04), (EF09LP04) e (EF08LP05) tem-se uma visão oposta da integração proposta em todo o documento. Verifica-se que o aluno tem que ter conhecimento gramatical para a produção textual, mas trata a gramática como uma listagem sem exemplificar ou motivar o estudo. Nas outras habilidades, apresenta exemplos do que pode ser verificado como conhecimento, já na parte de gramática é mais uma enumeração das competências a serem adquiridas. Como exemplo a habilidade (EF89LP36), que apresenta as habilidades e possíveis formas de conquistar o conhecimento.

Parodiar poemas conhecidos da literatura e criar textos em versos (como poemas concretos, ciberpoemas, haicais, liras, microrroteiros, lambe-lambes e outros tipos de poemas), explorando o uso de recursos

sonoros e semânticos (como figuras de linguagem e jogos de palavras) e visuais (como relações entre imagem e texto verbal e distribuição da mancha gráfica), de forma a propiciar diferentes efeitos de sentido. (BRASIL, 2018, p. 185)

Portanto, nota-se que, apesar de focar no texto como elemento principal, a gramática que compõe e estrutura o texto é apenas listada, sem uma explicação do porquê e para o quê. Assim, o intuito de afastar o ensino da gramática pela gramática decai, pois, ainda, é uma enumeração dos conceitos e exigência de conteúdo formal, como a (EF09LP04) que exige “Escrever textos corretamente, de acordo com a norma-padrão, com estruturas sintáticas complexas no nível da oração e do período” (BRASIL, 2018 p. 185), mostrando que ainda tem resquício do ensino formal da gramática e que pode gerar nos professores uma dificuldade de implementar a gramática realmente integrada com o texto.

Por fim, ao dissertar acerca do sujeito, como elemento integrante da oração, constata-se que a BNCC apresenta uma listagem de habilidades que aborda sua identificação nos textos lidos. Como a (EF07LP07) que orienta o estudante identificar os elementos básicos da oração: sujeito, predicado, complemento (objetos direto e indireto); (EF07LP08) que objetiva encontrar adjetivos que ampliam o sentido do substantivo sujeito e complementos verbais; (EF08LP06) que propõe identificar os termos constitutivos da oração, incluindo o sujeito e seus modificadores, verbo e seus complementos e modificadores, e (EF09LP05) que exige identificar e orações com a estrutura sujeito-verbo de ligação-predicativo.

Observa-se somente quatro ocorrências tratando do sujeito, no ensino fundamental, uma enumeração e identificação na norma-formal sem expandir a compreensão textual ou sua função para o sentido no texto. Uma consequência que pode reproduzir o ensino do sujeito como um elemento gramatical de identificação e não de integração à compreensão e interpretação.

2.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram criados em 1997 com intuito de orientar os currículos escolares do Brasil, que pretendia um padrão de qualidade na educação, porém não era dado como obrigatório às escolas o integrarem. Nesse sentido, os PCNs de LP surgem para desmistificar o ensino da gramática normativa como memorização e a língua como certo ou errado, bem como a linguagem como parte da construção do sujeito. Nos PCNs a linguagem é entendida integrada ao texto, sua unidade de estudo deve ser o texto e não somente frases isoladas, de modo que o sujeito gramatical deixe de ser compreendido como termo da oração para também ser entendido no seu papel discursivo no texto.

Dado que os PCNs, 1997, é anterior à BNCC, 2018, há, na década de 60, 70, um pedido de reformulação do modo de ensinar na área de LP sem focar no conteúdo, acreditando que a valorização da criatividade seria suficiente para a evolução da comunicação dos alunos. A despreocupação com o conteúdo se dava, pois os ingressantes das escolas tinham mais ou menos o modo de falar próximo da norma-culta. No entanto, não levava em conta que uma nova camada da sociedade estava entrando, a camada pobre, que, diferentemente da classe média, não falava aproximado da língua padrão. A par disso, tinha as críticas ao ensino normativo, visto que desconsiderava a realidade, os interesses dos alunos, escolarização excessivamente de atividades de leitura e produção de texto, utilização do texto como pretexto para ensinar valores morais ou aspectos gramaticais, e valorização de forma exagerada da gramática normativa, com insistência nas regras de exceção e preconceito contra as variedades orais e não-padrão.

Diante de tais análises o ensino de LP precisou reavaliar os métodos de ensino para que os alunos ampliassem suas competências discursivas de comunicação.

Nessa perspectiva, não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. (BRASIL, 1997, p. 23)

Dessa forma, verifica-se o porquê de ser o texto o objeto de estudo, pois é a partir dele que o aluno pode demonstrar sua competência discursiva, evidenciando sua capacidade de ler e compreender. Além disso, o texto possibilita o desenvolvimento de diferentes habilidades, dado que o texto tem diversos critérios para sua construção, como a temática que melhor se adequa àquele gênero, a estilística, a forma de estruturação que reflete diretamente a competência do estudante.

Segundo os PCNs de LP, ao tomar a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem principalmente a práticas discursivas, envolvendo escuta, leitura e produção de textos orais e escritos (BRASIL, 1997 p.27). Nesse sentido, a gramática deve levar em conta o conhecimento que o falante possui da sua própria linguagem. A prática discursiva, ler, escrever, compreender e verbalizar em diferentes contextos, deve ser ampliada de forma progressiva, permitindo que o aluno se desenvolva acompanhando seu progresso pessoal. Assim, a gramática não deve ser ensinada como um rol de regras a ser seguido, mas, sim, como instrumento para a compreensão de textos e o desenvolvimento discursivo, e não como conteúdo isolado.

A gramática apresenta uma grande questão, pois historicamente foi ensinada sem levar em conta a linguagem do aluno e os conhecimentos já adquiridos antes de chegar na sala de aula, sendo considerada somente para uso no contexto escolar. Desse modo, nota-se que a preocupação não deve estar restrita à memorização das regras gramaticais, mas envolve, sobretudo, capacitar o

estudante a desenvolver a fala, a escrita e a compreensão da linguagem em diferentes contextos, formas e situações comunicativas.

De acordo com os PCNs de LP:

Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (...) O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos. O modo de ensinar, por sua vez, não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes. (BRASIL, 1997, pp. 28-29)

Assim, tem-se que, quando for ensinar análise linguística, a gramática tradicional não deve ser tomada como referência, visto que a preocupação não é o estudo exaustivo das classes de palavras, paradigmas verbais ou regras de concordância. No entanto, devem ser selecionados conteúdos que atendam às necessidades escritas, orais e escuta dos alunos, e não a discricionariedade da gramática normativa. O estudo da língua precisa ser articulado com a língua real, em uso, e o mediador desse processo é o professor que tem o papel de se afastar da “clássica metodologia de definição, classificação e exercitação” (BRASIL p. 29). Isso leva em conta que pode haver um afastamento da gramática tradicional e a procura em outras fontes e materiais.

Além disso, é importante destacar que a escolha dos gêneros textuais a serem estudados também pode apresentar limitações. Conforme observado na BNCC, a valorização de determinados gêneros em detrimento de outros pode restringir os estudantes a estruturas, construções e vocabulários mais presentes nesses textos, deixando de contemplar a diversidade linguística e comunicativa necessária para o desenvolvimento total da competência discursiva.

Quanto ao sujeito, sua abordagem está inserida na prática de análise linguística, que, muito parecido com a BNCC, apresenta algumas habilidades que

o discente deve ser capaz de identificar ou pôr em prática. por exemplo “sistema pronominal (diferentes quadros pronominais em função do gênero): preenchimento da posição de sujeito, extensão do emprego dos pronomes tônicos na posição de objeto, desaparecimento dos clíticos, emprego dos reflexivos etc” (BRASIL, 1997, pp. 61-62). A compreensão desses conteúdos permitirá que o aluno identifique a função dos pronomes na estrutura das frases, ampliando sua capacidade escrita e oratória.

Ainda a respeito do sujeito, o estudante deve ter a “capacidade de projetar, a partir do elemento lexical (sobretudo verbos), a estrutura complexa associada a seu sentido, bem como os traços de sentido que atribuem aos elementos (sujeito, complementos) que preencham essa estrutura” (BRASIL, 1997 p. 63). A análise possibilitará uma reflexão sobre como os elementos se associam para formar sentido no texto, o que fortalece a competência discursiva.

E por fim, para aproximar o aluno ao uso real da língua e reflexão acerca da linguagem, os PCNs de LP orienta que os estudantes trabalhem com “(...) a descrição de fenômenos linguísticos, inventariando elementos de uma mesma classe e construindo paradigmas contrastivos em diferentes modalidades de fala e escrita, considerando o papel funcional de elementos como sujeito, predicado e complementos” (BRASIL, 1997, p. 63).

Desse modo, tanto os PCNs quanto a BNCC caracterizam o sujeito como termo essencial da oração, no entanto abordam de forma diferentes: a BNCC por meio da enumeração, e os PCNs em forma de reflexão discursiva. Contudo, a BNCC carece de reavaliação, já os PCNs são documentos mais antigos que não tem força de lei e serviram de base para a evolução da BNCC, para atender às necessidades do mundo contemporâneo, embora tenha suas limitações temporais. A reavaliação é válida para que o ensino de LP não reduza o sujeito apenas a sua identificação, dissociada do seu papel na construção de sentido no texto.

2.1.1.1 Bechara

É oportuno discorrer, neste momento, a respeito das gramáticas notáveis, Bechara, Cegalla, e Cunha. Dando início com um dos representantes mais estudado, sendo referência para professores e estudantes, Evanildo Bechara.

Evanildo Bechara foi um filólogo, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de membro da Academia Brasileira de Letras. Reconhecido por sua atuação como representante do Novo Acordo Ortográfico, suas obras contribuem significativamente para a gramática da LP.

Na *Gramática Escolar de Língua Portuguesa* (2020, 3ª ed.) de Bechara, com a gramática voltada para o ensino básico, o sujeito é apresentado conjuntamente com o predicado. Assim, a definição apresentada por Bechara sobre o sujeito parte da relação entre o verbo e o termo a que ele se refere.

(...) insistir em que a natureza semântica (de significado) e sintática (de relação gramatical) determinará se a predicação da oração é referida a um sujeito, ou não. Esta referência se chama *predicado* da oração e o termo referente dessa predicação se chama *sujeito*. (BECHARA, 2020 p. 46)

A primeira explicação relacionada ao sujeito é na questão de dependência do sujeito com o predicado. Quem determina se terá sujeito é o predicado, sendo uma relação sintática-semântica. Em seguida, ainda, apresenta verbos que seriam “fáceis” de perceber, pois sua referência é uma pessoa ou coisa “a qual se comunica algo, isto é, ao seu sujeito” (BECHARA, 2020 p. 46). Como exemplo, apresenta as seguintes frases:

1. *Eduardo* anda muito pela manhã.
2. *Daniel* e *Felipe* escrevem poesias.

Depois que o sujeito é demonstrado, ele pode tornar-se oculto no decorrer da oração. Comumente, o sujeito não é explícito quando representado por desinências verbais na 1ª e 2ª pessoas, segundo Bechara.

O autor evidencia que o sujeito é o termo a que o predicado se refere, ou seja, aquele sobre o qual faz uma afirmação, Contudo, não traz a definição direta do que é o sujeito, explicando de forma relacional que é uma questão mais semântica.

Já nas orações sem sujeito, a explicação é sucinta, em razão de ele expor que, pela natureza semântica e sintática, “também é fácil concluirmos que nas seguintes orações não temos predicação referida a nenhum sujeito” (BECHARA, 2020 p. 47). Isso se deve ao fato dos verbos presentes na predicação serem *impessoais*, ou seja, não fazerem referência a uma pessoa ou a uma coisa. Os exemplos dados incluem verbos, como *chover*, *haver*, *fazer*.

Embora a explicação inicial seja curta, Bechara aprofunda o tema posteriormente ao tratar das *orações sem sujeito*, demonstrando os principais verbos e expressões impessoais da LP. Dentre os exemplos apresentados estão “os que denotam fenômenos atmosféricos ou cósmicos como: *chover*, *trovejar*, *relampejar*, *anoitecer* (...)” (BECHARA, 2020, p. 51) entre outros. Os verbos *haver* e *ser* com o sentido de *existir*; *haver*; *fazer* e *ser* como indicação de tempo, os verbos *bastar* e *chegar* com ideia de suficiência, e outros casos também são incluídos como impessoais. E, em relação aos verbos e expressões impessoais, Bechara afirma que “aparecem, na língua exemplar, sempre na 3ª pessoa do singular” (BECHARA, 2020, p. 51).

Verifica-se que a explicação é dada em torno dos verbos. Na perspectiva de Bechara, se o verbo não exige sujeito, este deixa de ser necessário. Tendo, assim, uma relação de dependência fundamental do sujeito para com o verbo.

Ademais, o sujeito simples e composto são definidos da seguinte forma: “a predicação referida pode ter sujeito *simples* ou *composto*. Diz-se que o sujeito é simples quando só tiver um *núcleo*” (BECHARA, 2020, p. 47). O núcleo seria o termo ao qual os constituintes fazem a relação gramatical de concordância. No sujeito simples ele pode “constituir-se de uma ou mais palavras, mas só terá um

núcleo” (BECHARA, 2020, p. 47). Nesse sentido, Bechara utiliza os seguintes exemplos:

1. O **calor** do sol é *insuportável*.
2. O **canto** de nossas aves *encanta a todos*.
3. Os **alunos** do nosso colégio *estiveram* no passeio.

Enquanto para sujeito composto temos a seguinte explicação: “Diz-se que o sujeito é composto quando tiver mais de um núcleo” Exemplos:

1. **Daniel e Felipe** *escreveram* poesias.
2. Nem **Maria** nem as **primas** *chegaram* cedo.

Além disso, Bechara aponta, ainda, a importância de distinguir o sujeito simples do sujeito composto pela concordância do sujeito explícito com o verbo, dado que “o verbo concorda com o sujeito explícito em pessoa e número” (BECHARA, 2020, p. 47)

Por fim, quanto à indeterminação do sujeito, faz-se uma distinção entre os pronomes indefinidos ocupando a posição de sujeito com sujeito indeterminado. Na oração com pronome indefinido, a posição de sujeito está ocupada, portanto está explícito. Já na indeterminação “Estas não apresentam nenhuma unidade linguística para ocupar a casa ou função do sujeito; há uma referência a sujeito, no conteúdo predicativo, só de maneira indeterminada, imprecisa” (BECHARA, 2020, p. 51)

Exemplos do Bechara:

1. Estão batendo à porta.
2. Precisa-se de empregados.
3. Só raramente se assiste a bons filmes.

Assim, há três formas de indeterminação do sujeito na LP. A primeira é o uso do verbo na 3ª pessoa do plural sem referente definido. A segunda, seria o verbo no infinitivo ou na 3ª pessoa do singular com valor de plural, embora este último seja menos frequente. A terceira e última forma é o emprego do verbo na 3ª pessoa do singular com a partícula *se*, que realizaria o papel de *índice de indeterminação do sujeito* ou pronome *indeterminador do sujeito*.

Percebe-se que a explicação do Bechara concentra-se nos tipos de sujeitos mais recorrentes nos ensinamentos básicos, já que o livro foi criado para a gramática escolar, apresentando exemplos compreensíveis para os estudantes. A relação do sujeito é construída em torno do verbo o que demonstra uma dependência entre ambos. Assim, o estudo é fundamental para a análise sintática, mas limita a função do sujeito, visto a relação de dependência predicativa.

A respeito do livro, *Moderna Gramática Portuguesa* (2024, 40ª ed.), Bechara exibe um estudo mais aprofundado da função do sujeito, visto que a obra se atenta aos estudos universitários, à formação de professores e à pesquisa linguística, apresentando uma formação mais técnica da estrutura oracional. E sua aceção em relação à construção das orações é que o verbo seria o único elemento indispensável para a construção. Com relação ao sujeito, sua posição é de que “nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração e, por constituinte, da relação predicativa” (BECHARA, 2024 p. 238).

Um ponto convergente entre as duas obras é a divisão da oração em sujeito e predicado, igual ao da *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. Neste, Bechara adota um vocabulário mais técnico-científico, como a relação sintático-semântico do sujeito e predicado. A definição do sujeito está, novamente, ligada ao núcleo verbal. Bechara, assim, define “chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para construir uma oração”, isto é, um conjunto de palavras que se centra em um nome e mantém uma relação estrutural e semântica com o verbo.

O vínculo com o elemento verbal é exposto novamente evidenciando quando o autor explica que o morfema número-pessoal, ou seja, o sujeito gramatical, já está presente na forma verbal, então mesmo que não esteja explícito na oração, o verbo traz essa marca. Como exemplos, temos o verbo *estudo* que o morfema *-o* marca a 1ª pessoa do singular, e o verbo *brincamos* em que o *-mos* indica 3ª pessoa do plural. No entanto, o sujeito pode ser demonstrado por *forma léxica* para melhorar a transmissão da mensagem, para especificar os sujeitos. Bechara afirma que “sente o falante a necessidade de explicitar, de indicar claramente a que pessoas ele quer referir-se: *Eu e dois irmãos* brincamos no clube” (BECHARA, 2024, p. 441).

De acordo com Bechara, não poderia falar de elipse do sujeito quando aparece somente o verbo, dado que já aparece marcado na flexão verbal de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular ou plural. Trata-se da expansão ou não com o sujeito explícito que não é mais exigido por questões gramaticais, mas por questões semânticas, o texto requer maior efetividade e clareza da mensagem.

A par disso, Bechara observa que não se deve prender a noção semântica do sujeito, de quem faz ou é agente da ação, porém deve ser entendido pela função que exerce na oração. Visto que o sujeito pode receber a atuação e não exercer o ato. Aqui trata da noção de *agente* e *paciente*, assim, o sujeito é um termo ligado ao verbo que não necessariamente irá praticar a ação.

Sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de agente e paciente. Assim, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal (...) (BECHARA, 2024, p.441)

Ainda, conforme o gramático, o sujeito deve ser representado por “uma expressão substantiva exercida por um *substantivo* (*homem, Sol, José*) ou o pronome (*eu*) ou equivalente” (BECHARA, 2024, p. 442). Então, o núcleo do sujeito pode ser retratado por substantivo, pronome ou equivalente. Uma característica essencial do sujeito é a sua concordância com o sujeito gramatical do verbo, em número, pessoa e gênero.

A posição em que se encontra o sujeito geralmente é a esquerda do predicado, o que não é uma boa estratégia para identificação, dado que como a LP é diversa e flexível pode ocorrer inversão do posicionamento. Pode aparecer o sujeito

- no meio: *Disse o professor que haveria prova* ou
- no final da frase: *Disse que haveria prova o professor.*

Outra dica dada por Bechara é perguntas que se pode fazer para o verbo, como *quem?* para seres animados, ou *que? o que?* para coisas.

Ademais, o sujeito tem como núcleo uma expressão substantivada acompanhada por determinantes, que funciona para especificar, detalhar mais a respeito do sujeito.

O português está em constante mudança, e Bechara sempre se atentou aos fenômenos que o caracteriza. O autor aponta que, no português contemporâneo, o sujeito tem uma posição diferente quando se trata das orações reduzidas de gerúndio e do particípio. Segundo ele, “no português contemporâneo, o sujeito das orações reduzidas de gerúndio e particípio vem normalmente depois do verbo (nas locuções verbais pode aparecer depois do auxiliar)” (BECHARA, 2024, p. 565).

Desse modo, a oração *Acabada a festa, foram embora* está correta, já que o sujeito *a festa* está posposto ao verbo, se ocorresse ao contrário, o sujeito anteposto ao verbo, estaria errada como em *a festa acabada* em desacordo com o uso contemporâneo descrito por Bechara.

Quando se trata das reduções de gerúndio a pontuação será essencial para saber identificar as orações que só falta a pontuação, para não pensar que o sujeito veio antes do verbo.

Há, contudo, exceções quando se trata das reduzidas de particípio que o sujeito pode vir antes do verbo se o sujeito é composto pelo os pronomes *isto*, *isso*, *aquilo* e *o que*:

Posto isto, resolvemos voltar.

ou

Isto posto, resolvemos voltar. (BECHARA, 2024, p.566)

Por fim, Bechara ressalta que, quando as orações reduzidas de gerúndio são introduzidas pela preposição *em* como circunstância de condição, tempo ou hipótese, o sujeito pode vir antes ou depois da forma verbal, sem prejuízo sintático.

2.1.1.1.1 Cegalla

Depois de Bechara, Cegalla é outro gramático que contribui até os dias atuais para as escolas e as universidades, sendo uma das referências para os estudos de gramática. Cegalla entende a linguagem como uma forma de comunicação, e não apenas como um conjunto de regras.

Na apresentação da 49ª ed. de sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, o autor afirma que o estudo de gramática deve caminhar lado a lado com a interpretação de poemas e excertos literários, com a prática da redação e com leitura de livros e revistas de boa qualidade. Segundo ele, “só com essa didática plurivalente é que o ensino do português atingirá seu objetivo precípua, que é levar o estudante a assenhorar-se gradativamente das normas e dos recursos do idioma, nas modalidades oral e escrita” (CEGALLA, 2020, p. 3), seguindo, portanto os preceitos da BNCC.

No que diz respeito ao sujeito, Cegalla, assim como Bechara, inicia explicando que há dois termos essenciais da oração: o sujeito e o predicado:

- Sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa.
- Predicado é aquilo que se declara do sujeito, ou melhor, é o termo que contém a declaração referida, em geral, ao sujeito. (BECHARA, 2020, p. 324)

Percebe-se, porém, que aqui o autor oferece uma definição mais direta do sujeito, entendendo como um termo da oração sobre o qual se faz uma declaração, sem aprofundar em questões de natureza sintático-semântica.

De modo igual ao Bechara, Cegalla aponta que o sujeito é formado por um substantivo, pronome ou uma expressão substantivada e que seu núcleo pode ser acompanhado de palavras secundárias, por exemplo: adjetivos, artigos, entre outras, sendo os seus determinantes.

O sujeito pode ser simples, quando tem somente um núcleo ou composto em que apresenta mais de um. Tem-se o expresso que aparece de forma explícita

na oração e quando esse não aparece da mesma forma do expresso, mas pode ser identificado o sujeito pelo o contexto, chama-se sujeito elíptico ou oculto. Nesse ponto, é possível estabelecer relação com a afirmação de Bechara de que o sujeito está presente no verbo, pois muitas das vezes, ao analisar a conjugação do verbo, sabe-se qual seria o sujeito.

Além disso, o gramático apresenta o sujeito em relação ao fazer e receber a ação. Quando o sujeito exerce a ação expressa pelo o verbo, chama-se de agente. Ao receber ou sofrer os efeitos da ação, tem-se o sujeito paciente. No momento que o sujeito realiza e recebe a ação simultaneamente, tem-se o sujeito agente e paciente.

O sujeito indeterminado acontece quando não se identifica o agente da ação verbal. Cegalla ressalta que pode haver confusão entre o sujeito indeterminado e o sujeito expresso por meio de um pronome indefinido. Os pronomes *ninguém*, *alguém* são pronomes indefinidos que quando aparece exercendo a função do sujeito é um sujeito expresso e não sujeito indeterminado.

O autor indica três modos para indicar a indeterminação do sujeito.

A primeira seria usando o verbo na 3ª pessoa do plural, *sem referência a qualquer agente já expresso nas orações anteriores* (CEGALLA, 2020, p. 325). A segunda forma seria *com um verbo ativo na 3ª pessoa do singular, acompanhado do pronome se* (CEGALLA, 2020, p. 325). O terceiro e último modo é deixar o verbo no infinitivo impessoal.

Em relação à posição do sujeito, igualmente a Bechara, Cegalla destaca que o sujeito aparece, normalmente, anteposto ao predicado, mas ressalta que é um fato corriqueiro o sujeito ser posposto. (Não acho que seria um ponto a ser ressaltado com os estudantes, visto que, pela flexibilidade das posições, é somente nas orações na forma direta que isso ocorre, o que não acontece usualmente nas escritas ou falas do dia a dia.)

É possível que ocorra orações sem sujeito, dado que tem verbos impessoais. “Constituem a enunciação pura e absoluta de um fato, através do predicado; o conteúdo verbal não é atribuído a nenhum ser” (CEGALLA, 2020, p. 326). Essas orações são construídas com os verbos impessoais e na 3ª pessoa do singular. Ele apresenta os verbos impessoais como o *haver*; com o sentido de

existir, acontecer, realizar-se, decorrer; *fazer, ser, estar, passar*; com referência de tempo, e os verbos que exprimem fenômenos meteorológicos; chover, ventar, nevar, gear, amanhecer, anoitecer.

2.1.1.1.1 Celso Cunha

Por fim, tratando do Celso Cunha, renomado gramático e professor de Língua Portuguesa, em seu livro *Gramática Essencial*, 1ª ed., 6ª impressão, o autor apresenta um conteúdo mais voltado para o essencial da gramática, como indica o título. Na obra, Cunha utiliza uma linguagem clara e direta para facilitar a compreensão de regras e padrões da gramática. É voltado tanto para alunos do ensino fundamental, médio como para os professores quando prepararem as aulas. Todos os seus exemplos são de escritores brasileiros, visto que o objetivo de Celso Cunha e dos organizadores da gramática é apresentar a descrição do português contemporâneo na forma padrão e como os escritores a utilizam.

Assim como Bechara e Cegalla, Cunha também apresenta os dois termos essenciais da oração: sujeito e predicado. O sujeito segue a mesma definição do Cegalla de ser aquele “sobre o qual faz uma declaração” (CUNHA, 2021, p.75) e predicado é o que se declara do sujeito. No entanto, há uma ampliação, pois ambos, sujeito e predicado, podem ser ocultos ou elípticos, o que de acordo com os outros gramáticos ocorre somente com o sujeito.

Para exemplificar, o autor apresenta as seguintes frases: “Adormeci num grande desânimo” e “No céu azul, dois fiapos de nuvens”. Na primeira o sujeito é elíptico e identificável pela flexão do verbo na 1ª pessoa do singular, na segunda há o sujeito “dois fiapos de nuvens”, porém o verbo fica subentendido. O que demonstra a atenção do gramático com às marcas morfológicas e a contextualização.

Segundo Cunha há representações do sujeito em 1ª e 2ª pessoa são os pronomes pessoais *eu* e *tu*, no singular, e *nós* e *vós* (ou combinações equivalentes de eu e tu, tu e ele, etc.) no plural. Já com os sujeitos da 3ª pessoa pode ter como núcleo um substantivo, os pronomes pessoais *ele*, *ela* e suas variações no plural, um pronome demonstrativo, relativo, interrogativo ou indefinido, pode ser

também um numeral, uma palavra ou uma expressão substantivada, bem como uma oração. Na oração “É provável que ela case outra vez” de M. de Assis quem exerce a função de sujeito é a oração subordinada “é provável”, acrescentando mais uma classe de sujeito: sujeito oracional

O sujeito simples para o Cunha segue a mesma definição de Bechara e Cegalla em relação ao núcleo, mas acrescenta todos os exemplos ditos anteriormente. E o sujeito composto pode ter mais de um desses mesmos integrantes dito anteriormente. O sujeito oculto determinado, Cunha explica que ele pode ser identificado pela desinência verbal, pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou pela proposição contígua.

Ao tratar da oração sem sujeito, o gramático também alerta para não confundir o sujeito indeterminado com a inexistência do sujeito. Enquanto o sujeito indeterminado existe, mas que não se quer ou não pode se identificar, as orações sem sujeito ocorrem com os verbos impessoais que foram abordados por Cegalla e Bechara.

Cunha aborda sobre o sujeito ser agente, paciente ou agente-paciente da ação verbal, tal como os outros gramáticos. Um ponto de destaque é quando trata os verbos de estado, afirmando que "quando o verbo evoca um estado, a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve”.

Embora as questões relacionadas ao sujeito como categoria gramatical se limitem ao seu papel sintático, o papel semântico enriquece a compreensão do texto como um todo. O que não é frequentemente abordado pelos os gramáticos e estudiosos da gramática tradicional é a função na construção de sentido. A relação entre sujeito e predicado vai além da concordância de um com o outro, pois o sujeito funciona como referente sobre o qual o predicado faz uma afirmação. Consequentemente, ocorre uma omissão de parte de suas propriedades, reduzindo-o a um elemento meramente estrutural, o que leva o discente a compreendê-lo apenas como um termo de concordância, e não como parte essencial para a interpretação do enunciado.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em analisar como o sujeito é apresentado nos livros didáticos do Ensino Fundamental; avaliar se as atividades contribuem para o entendimento dos estudantes; verificar de que modo os gramáticos tradicionais contribuem para as explicações presentes nesses materiais; e compreender se essas escolhas metodológicas efetivamente colaboram para o processo aprendizagem.

Com o objetivo de compreender como o sujeito é apresentado nos livros didáticos, buscou-se acessar o site do Programa Nacional do Livro Didático para localizar os livros de Língua Portuguesa destinados do 6º ao 9º ano. Os materiais selecionados pertencem à coleção *Português Linguagens*, publicada pela *Editora Saraiva* aprovada no PNLD 2024-2027, de autoria de *William Cereja* e *Carolina Dias Vianna*. A relevância para a escolha dessa coleção está no fato de ser um material disponibilizado para as escolas públicas, o que garante uma representatividade no ensino de LP na educação básica.

O *corpus* da pesquisa consiste em quatro livros da coleção anteriormente citada, 6º, 7º, 8º e 9º ano, em suas versões do Manual do Professor, encontrados de forma digital no site da PNLD. A pesquisa temporal se adequa aos anos 2024-2027 que indica a aprovação do órgão público. O recorte conceitual se restringe às ocorrências de sujeito como termo da oração.

A respeito da pesquisa, a coleta de dados se deu com a leitura de trechos que tratam do sujeito como termo gramatical. Com o recurso de busca simples, Ctrl + F, procurou-se pela palavra “sujeito” como elemento gramatical, do qual foram descartados dados que tratavam “sujeito” como sujeito-pessoa.

A metodologia escolhida foi a pesquisa qualitativa, de natureza documental e bibliográfica. Após a coleta de dados, as informações foram separadas e analisadas de modo a comparar as definições e as caracterizações do sujeito presentes nos LD com aquelas propostas pelos gramáticos tradicionais e pelas orientações da BNCC e PCNLP.

2.2.1 6º ano

Nesta seção, dedica-se à análise dos dados coletados na coleção do *Português Linguagens* (do 6º ao 9º ano), de autoria de *William Cereja* e *Carolina Dias Vianna*, a fim de perquirir como o “sujeito gramatical” é apresentado, definido e caracterizado. Para esse propósito, todas as ocorrências de sujeito foram incluídas em uma tabela, que inclui a definição apresentada pelos autores, exemplos citados, exercícios e comparação com os gramáticos estudados, bem como com a BNCC e a PCNLP.

O conjunto apresenta uma análise em relação ao ensino da gramática que muito se assemelha às diretrizes da BNCC e dos PCN. A visão dos autores é que, apesar da tentativa de atrelar a gramática à análise linguística, o texto acaba sendo usado apenas como suporte para as análises gramaticais, sem considerar de fato o que a investigação da gramática pode acrescentar à compreensão do texto. Os livros apresentam uma proposta metodológica que inclui questões gramaticais em uma abordagem de identificação e entendimento de regras, mas não somente, pois dedica os capítulos 3 das unidades pares à análise linguística, com o objetivo de ajudar os alunos a aperfeiçoarem suas práticas de leitura e escrita.

Para explicitar a proposta metodológica da coleção, os autores afirmam:

Acreditamos que o roteiro de conteúdos da gramática normativa pode ser trabalhado em favor de um ensino pautado em uma reflexão crítica, funcionando como um guia de localização e organização dos conteúdos curriculares ao longo dos quatro anos do segundo ciclo do Ensino Fundamental. Atendendo também às recomendações da BNCC, os conteúdos gramaticais da coleção encontram-se dispostos em uma sequência que pode ser entendida como ‘clássica’, mas o tratamento dado a esses conteúdos visa trabalhá-los com foco na análise de textos e discursos, e não em seus conceitos apenas. Assim, em vez de explorar uma gramática que seja considerada normal para uma língua padrão imposta aos alunos, a proposta é analisar essa mesma norma, que deve, sim, de nossa perspectiva, ser conhecida e dominada por eles, mas em contraste com as diversas variedades do português brasileiro encontradas em sua diversidade regional e, especialmente, nas comunidades de cada escola que venha a utilizar esta obra (CEREJA; VIANNA, 2022, p. xxvi).

Desse modo, pode-se notar que a série busca se alinhar com as diretrizes da BNCC e com os objetivos dos PCNs, no que diz respeito ao tratamento da gramática.

Após apresentar a orientação metodológica dos livros, parte-se para a análise das ocorrências do sujeito.

A primeira ocorrência do sujeito gramatical que aparece no livro do 6º ano acontece em uma resposta da atividade que pede a identificação da posição do termo na oração, ainda sem uma definição formal. O exercício se encontra no capítulo 3 da unidade 2, o que denota a gramática vinculada à análise linguística. Nessa atividade, os alunos observam trechos da fábula *O leão, o lobo e a raposa* que contém inversão sintática. A orientação dada ao docente demonstra que esse recurso é utilizado para destacar o termo colocado em primeiro lugar, podendo trazer um sentido de formalidade ou solenidade. A atividade não se aprofunda nas questões gramaticais do sujeito, mas no enfoque do texto e, como essa composição é o centro, deixa de lado, por um momento, as questões de certo ou errado.

Assim, o livro não oferece uma definição formal do que seria o sujeito. No entanto, uma caracterização indireta fundamentada no uso textual. As tarefas de identificação antes da definição têm como propósito fazer o aluno construir o seu saber de funções sintáticas de forma gradual sem o professor ou a obra determinar ou limitar a sua concepção. Verifica-se que a abordagem da obra se alinha às orientações da BNCC, que propõe que o ensino da gramática parta do uso para depois chegar ao conceito.

Já quando os autores tratam da concordância verbal, aparece a seguinte definição: “O sujeito de uma oração é o termo com o qual o verbo concorda” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 279). Essa formulação acompanha a definição de Bechara, que afirma que “sem verbo não temos oração [...]. cabe agora insistir em que a sua natureza semântica [...] e sintática [...] determinará se a predicação é referida a um sujeito ou não” (2022, p. 46), enfatizando a relação do sujeito com verbo. No entanto, tal definição não é apresentada no capítulo dedicado ao estudo do conteúdo do sujeito, mas no capítulo referente à concordância entre o verbo e o sujeito, o que demonstra uma definição velada e estratégica, utilizada para auxiliar a explicação de concordância. Dessa forma, confirma a estratégia de caracterização indireta que se constrói ao longo do uso textual.

Após essa definição, o livro apresenta os sujeitos simples e composto, com atenção à quantidade de núcleos que cada um apresenta, visto que é o núcleo que determina a flexão verbal. Em seguida, surgem exercícios de identificação dos sujeitos apresentados, acompanhados da solicitação de explicar regras aprendidas. “Identifique, no texto agora em estudo, uma ocorrência de sujeito composto e explique a concordância verbal com base nas regras que você aprendeu” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 281). Esse tipo de atividade serve para reforçar o que foi apresentado anteriormente, dado que exige não apenas a identificação do sujeito, mas também a justificativa da escolha, contribuindo para uma construção gradual do conceito.

2.2.1.1 7º ano

No conteúdo do 7º ano, está previsto na BNCC as habilidades (EF07LP07), (EF07LP08), que tem como objetivo ampliar o entendimento do estudante acerca do sujeito, predicado e seus elementos, incluindo verbo de ligação, predicativo do sujeito, e modificadores. Essa proposta está presente no livro, visto que, segundo os autores, “no estudo da língua, os capítulos exploram questões como sujeito e predicado, verbos de ligação, predicativo do sujeito e variação linguística” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 104).

O capítulo 1 da unidade 2 tem como objetivo “compreender o papel do sujeito e do predicado na constituição básica das orações em língua portuguesa” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 107). Antes de apresentar a definição de sujeito, os autores constroem o conceito gradualmente, estratégias que utilizam em diferentes conteúdos. Ao final desse processo, tem-se a definição formal

É chamado de sujeito o termo da oração que traz a informação de quem ou de que se fala, e é com ele que o verbo concorda. O predicado, por sua vez, inclui o verbo e o restante da oração, bem como as informações sobre o elemento de quem ou de que se fala. Tanto o sujeito quanto o predicado apresentam núcleo (que é a palavra significativa e mais importante). O núcleo do sujeito pode ser um substantivo, um pronome ou uma palavra substantivada. O núcleo do predicado pode ser o verbo (no caso do predicado verbal), um adjetivo (o predicado nominal) ou pode ser um verbo e um adjetivo (no caso do predicado verbonominal, que apresenta dois núcleos) (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 116).

À primeira leitura, parece ampliar a explicação a respeito do sujeito e predicado. No entanto, junto com expansão há um desfoque na sua função, pois, novamente, o sujeito é tratado como termo acessório de concordância verbal e não como elemento de carga semântica, o que evidencia a permanência de uma abordagem normativa. Encontra-se atividades de identificação de sujeito e predicado, do sujeito da frase

Constata-se o seguimento com linhas de gramáticos tradicionais, como Bechara e Cegalla, que também apresenta o sujeito com essa carga de dependência com o verbo. Após a definição há explicação de sujeito simples, composto e desinencial e os seus núcleos. O que merece destaque e pode

contribuir para a análise é o fato de ter uma “anotação” para o professor, não aparece para o aluno, vem como uma informação adicional ao docente

Pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o sujeito é: determinado (simples ou composto), indeterminado ou a oração não tem sujeito. Ela não reconhece nomenclaturas como sujeito desinencial, implícito, elíptico ou subentendido. Entretanto, muitas vezes essa nomenclatura é empregada na tradição escolar do ensino da língua portuguesa. (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 118).

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não reconhece os sujeitos desinenciais, implícito e elíptico, que são termos diferentes para o mesmo conceito gramatical, que é sujeito não explícito na oração, mas implícito na desinência verbal, e mesmo assim o livro apresenta o conceito. Assim, existe um reforço à abordagem tradicional, como o Bechara, que fortalece o sujeito desinencial.

Em outro momento do capítulo, página 121, há uma tentativa de aproximação entre sujeito, predicado e a construção de sentido no enunciado, quando os autores apresentam expressões nominais, “o homem” e “o mundo”. Os termos são indicação de seres, mas, isoladamente, não permitem identificar a relação entre eles, tanto “o mundo” pode ser o sujeito em relação ao “o homem”, quanto o inverso, o que altera completamente o sentido do enunciado. Nesse contexto, os autores afirmam: “o sujeito e o predicado são a base sintática para expressarmos, por meio da língua, a experiência humana de ser, fazer, transformar” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 121).

Posteriormente, o predicativo do sujeito é demonstrado com a seguinte definição: “Em uma oração, o predicativo do sujeito indica características, qualidades ou estados que se atribuem ao sujeito” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 137), com foco, nas atividades, de encontrar sujeito e o seu predicativo. Ao tratar da concordância verbal, os escritores apresentam o sujeito com porcentagem e fracionárias, indo de acordo com os gramáticos. A concordância com verbos impessoais também é apontada no conteúdo do 7º ano, bem como a concordância com as expressões: “a maioria de”, “a minoria de”, “a maior parte de”, “a menor parte de” e “grande parte de” quando exercem a função de sujeito. O livro, em

seguida, continua trazendo atividades de identificação dos sujeitos apresentados anteriormente.

Nota-se que, embora haja uma ampliação da definição, os autores ainda mantém a função sintática em maior destaque, evidenciando o caráter secundário da função semântica.

2.2.1.1.1 8º ano

Já no 8º ano, o sujeito indeterminado e a oração sem sujeito são abordados com sua definição. O sujeito indeterminado é “aquele que não pode ser identificado na oração, ou porque não se quer ou por se desconhecer quem pratica a ação” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 43). Seguindo a definição dos especialistas em gramática apresentados anteriormente, são apresentada as formas de indeterminação, que consistem em colocar o verbo na 3ª pessoa do plural ou usar o pronome “se” com os verbos intransitivos, transitivos indiretos e os de ligação na 3ª pessoa do singular.

A oração sem sujeito é definida como “aquela em que a declaração expressa pelo predicado não é atribuída a nenhum ser” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 44). O pronome “se” pode indicar a indeterminação do sujeito, assim como os verbos na 3ª pessoa do singular. Em seguida, são tratados os verbos impessoais, que são bem abordados pelos estudiosos da gramática, como aqueles verbos que indicam fenômeno da natureza, o verbo “haver” com sentido de existir, os verbos “fazer”, “haver” e “ir” quando indicam tempo decorrido e o verbo “ser” indicando tempo. As atividades propostas trabalham com os sujeitos apresentados.

Quanto às vozes verbais, o sujeito é tratado com critérios mais semânticos. O livro traz todas as explicações de voz ativa, passiva, analítica, sintética, de acordo com a gramática normativa. Do ponto de vista do significado, o sujeito é definido pela relação que estabelece com a ação, podendo desempenhar o papel de quem a realiza ou de quem a recebe.

O próprio material expressa a perspectiva de papel semântico ao definir que “voz é a forma tomada pelo verbo para indicar a relação entre a ação expressa por ele e o sujeito” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 67), relação que desenvolve atividade, passividade ou ambas simultaneamente. Desse modo, traz um reforço do papel de sentido que o sujeito desempenha na oração.

Ademais, o capítulo 3 da unidade 2, que tem como objetivo aperfeiçoar a escrita do estudante, é fundamental para compreender a proposta dos autores. Nas unidades anteriores, o aluno já estudou conteúdos gramaticais como sujeito

indeterminado, oração sem sujeito e vozes verbais, realizando exercícios de identificação. Nesta unidade, ele coloca em prática o que aprendeu, visto que, de acordo com os autores, “neste capítulo, vamos retomar alguns desses conteúdos e observar como eles podem dar mais credibilidade ao que um autor afirma, como podem impessoalizar e generalizar um texto, deixando a linguagem mais abrangente” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 136). Essa abordagem permite ao estudante perceber a relação entre gramática estudada e a construção de sentido nos textos abordados anteriormente.

Desse modo, embora haja uma abertura para interpretar o sujeito como um termo de natureza semântica, contribuindo para a construção do sentido do texto, essa progressão ainda é relativamente pouca. Isso demonstra que o tratamento do conteúdo permanece fortemente alinhado à tradição normativa.

2.2.1.1.1.1 9º ano

Além disso, há o conteúdo do 9º ano, que foca na oração subordinada substantiva que pode exercer a função de sujeito, chamada, assim, subjetiva. Ainda, a oração subordinada subjetiva serve como núcleo do sujeito em construções mais complexas, como o exemplo dado no livro “É preciso a saúde” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 50).

Existem, também, os pronomes, reto, indefinido e relativo que exercem a função de sujeito, mostrando que nem sempre o sujeito é um substantivo ou expressão nominal. O estudo desse conteúdo evidencia que o sujeito assume diferentes formas e o conhecimento gramatical vai além da simples identificação, articulando-se com a interpretação e a construção de sentido. (há algumas páginas falando sobre concordância verbal, focando no verbo e sujeito, não sei se carece entrar na análise)

Nesse sentido, as atividades mantêm o foco na identificação do sujeito, como se observa em comandos do tipo “quem é o sujeito da ação de construir?” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 106), bem como retomarem a análise da função sintática dos pronomes como “Identifique a função sintática de cada um dos pronomes relativos nessas estrofes” (CEREJA; VIANNA, 2022, p. 106).

Com efeito, ao decorrer dos livros dos anos fundamentais, observa-se conceituação, definição e progressão do sujeito. Entretanto, com uma predominância normativa, deixando em segundo plano a relação de sujeito e o sentido.

Para metodizar as informações obtidas, apresenta-se uma tabela que resume como o sujeito é abordado do 6º ao 9º ano, incluindo definição, relação com gramáticos tradicionais e com a BNCC.

Ano	Como é apresentado	Definição	Comparação com gramáticos	Comparação com BNCC
6º	Na parte de “conceituando” em que apresenta atividade de identificação sem definição formal.	Sem uma definição inicial. No capítulo de concordância aparece a seguinte conceituação: “O sujeito de uma oração é o termo com o qual o verbo concorda”.	Alinha-se muito à abordagem de Bechara, que associa o sujeito a concordância com o verbo.	Segue a BNCC a partir do uso sem uma definição fechada, priorizando a observação textual.
7º	Como termo essencial da oração, juntamente com o predicado.	“É chamado de sujeito o termo [...] de quem ou de que se fala, e é com ele que o verbo concorda”.	Mantém a visão normativa..	A BNCC prevê as habilidades EF07LP07 e EF07LP08, que aparecem no livro, não somente essas.
8º	Ampliação dos tipos de sujeitos com foco em sujeito indeterminado, oração sem sujeito e os aspectos semânticos nas vozes verbais.	Sujeito indeterminado: “aquele que não pode ser identificado na oração” Oração sem sujeito: “aquela em que a declaração expressa pelo predicado não pode ser atribuída a nenhum ser”.	Ainda com visão normativa, há formas de indeterminar o sujeito e de impessoalidade.	Mais relacionado ao campo semântico, a BNCC recomenda essa relação.
9º	É apresentado o sujeito oracional e os pronomes exercendo a função.	Oração subordinada substantiva subjetiva que exerce a função de sujeito.	Segue a gramática normativa com definições e identificações.	Como se alinha o sentido e gramática está de acordo com a BNCC.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo expõe as interpretações que finalizam esta pesquisa, a qual abordou a conceituação do sujeito nos livros didáticos do anos finais do Ensino Fundamental da coleção *Português Linguagens*. Neste estudo, buscou-se responder às seguintes questões: de que forma o sujeito é apresentado nos livros didáticos do Ensino Fundamental? Como as atividades propostas contribuem para o processo de aprendizagem? E como essas abordagens dialogam com os gramáticos tradicionais e os documentos oficiais, como a BNCC e os PCNs?

Diante do que foi analisado, as obras seguem as diretrizes da BNCC e demonstram tentativas de se afastar da abordagem estritamente normativa, ao não definir o conceito de sujeito nas primeiras abordagens, limitando-se a uma caracterização. No entanto, esses esforços acabam enfraquecidos quando os livros acrescentam definições de sujeitos que a Nomenclatura Gramatical Brasileira não reconhece como sujeitos, revelando a permanência da tradicionalidade do tratamento do conteúdo.

Dessa maneira, conclui-se que os livros analisados apresentam o sujeito de modo majoritariamente estrutural, com poucas tentativas de distanciar da normatividade, o que responde à primeira pergunta.

Observa-se um enfoque em tratar o sujeito como um termo de concordância com o verbo, excluindo a sua parte semântica, que vai ao encontro com os gramáticos tradicionais, como Bechara, Cegalla, e Cunha que tratam o sujeito com relação predominantemente sujeito-verbo. Embora haja tentativas de ampliar o significado de sujeito, o destaque maior é para questões sintáticas.

Em relação de como as atividades contribuem para o processo de aprendizagem, as atividades propostas reforçam a orientação de identificação do sujeito e sua relação com o verbo, e apenas poucas exigem interpretação de sentido. Dessa forma, o tratamento oferecido ao sujeito permanece superficial diante das orientações da BNCC e dos PCNs, que buscam uma educação mais integrada.

Desse modo, os resultados obtidos implicam que as políticas pedagógicas buscam preparar os estudantes para além das regras gramaticais e os livros tendem a seguir as novas normas. No entanto, a realidade é que não conseguiu atingir plenamente o propósito, pois ainda não há uma visão integrada de linguagem. Ao manter somente os gramáticos tradicionais como base para a preparação de livros de ensino, vai permanecer com a

abordagem normativa. Gerando consequência ao ensino, limitando a compreensão do sujeito, o que dificulta a aprendizagem articulada com o significado, o uso, e a interpretação.

O estudo apresenta uma restrição de editora, visto que foi analisado somente o da Editora Saraiva, havendo tantas outras que colaboram com o Programa Nacional do Livro Didático, que elaboraram o livro com dois autores e é muito recente a implementação da BNCC. Uma limitação de tempo, dado que os livros foram produzidos em 2022 e vão ser usados até o ano de 2027, podendo apresentar mudanças significativas para o ensino da Língua Portuguesa.

Revela-se, desse modo, uma oportunidade de pesquisas futuras analisarem outros livros, de todos os anos do ensino básico, e de outras editoras para que sejam observadas as diretrizes adotadas para a prática de ensino. Tal como investigarem, presencialmente, na sala de aula, se o conteúdo apresentado pelos livros chegam a ser ensinado com a proposta pedagógica e se os professores levam estudos contemporâneos para o ambiente escolar.

Assim, este trabalho demonstra que o ensino de sujeito continua constituído pela gramática normativa, evidenciando esforços para alinhar-se à aprendizagem articulada.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnld>. Acesso em: 20/10/2025.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

CEREJA, William Roberto; VIANNA, Carolina Dias. **Português: Linguagens – 6º ano**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

CEREJA, William Roberto; VIANNA, Carolina Dias. **Português: Linguagens – 7º ano**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

CEREJA, William Roberto; VIANNA, Carolina Dias. **Português: Linguagens – 8º ano**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

CEREJA, William Roberto; VIANNA, Carolina Dias. **Português: Linguagens – 9º ano**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Gramática Essencial da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.